

## ÁGUA NOS “GERAIS” SANFRANCISCANOS: O CASO DE CABECEIRINHA, JANUÁRIA, MG

Keyty de Andrade **Silva**, UFMG/Unimontes, andrade.keyty@gmail.com, CAPES  
Eduardo Magalhães **Ribeiro**, UFMG, eduardoribeiromacuni@gmail.com  
Gildarly **Cruz**, UFMG, gc.cruz@hotmail.com, Fapemig

### Resumo

O presente estudo teve como objetivo central compreender em que medida a existência de fontes de água orientaram o povoamento e os sistemas locais de produção nos “gerais” sanfranciscanos, Semiárido de Minas Gerais. Para isto, foi tomada como área de estudo o conjunto de “povoados” rurais intitulado Cabeceirinha, localizado no município de Januária, MG. Entende-se que, historicamente, a dinâmica de vida das populações humanas está atrelada à oferta de água. No Semiárido, essa dependência se manifesta de maneira ainda mais específica, o que desperta um interesse singular sobre a ocupação desses territórios e sobre como os recursos hídricos influenciaram o seu povoamento. Considerando tais questões, as etapas de desenvolvimento metodológico da pesquisa envolveram: a) revisão bibliográfica, para compreensão e embasamento sobre a temática estudada; b) entrevista não estruturada ou aberta, onde foram abordados temas que englobam o universo da pesquisa, tais como: oferta de água, usos e manejos tradicionais do território, dentre outros ; e c) observação participante, com o intuito de gerar uma maior interação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa e com o território. Mediante dados colhidos até o presente momento em campo, percebeu-se em Cabeceirinha a existência de uma dinâmica local de gestão e de utilização dos espaços associada à disponibilidade de água. A presença da água e a facilidade de acesso às fontes delimitam diferentes usos e manejos.

**Palavras-chave:** Gerais; Semiárido; População; Agricultura familiar; Água.

### 1 Introdução

Nas relações históricas entre populações humanas e ambientes naturais, percebe-se ao longo dos séculos transformações contínuas na natureza. Essas mudanças decorreram, em parte, de fenômenos aleatórios e independentes, e, por outro lado, de ações induzidas pelas sociedades humanas, que resultaram em ambientes manejados à medida que as populações desenvolveram seus modos de vida e suas necessidades específicas (GÓMEZ-POMPA; KAUS, 2000).

Dentre os recursos da natureza que vem sendo manejados ao longo da história, a água, elemento primordial para a existência da vida e com usos múltiplos, tem tido sua noção de importância e finitude transformada ao longo dos anos. Essa condição advém, dentre outros fatores, da elevação dos sintomas da escassez, que tem sido percebida por diferentes populações humanas em inúmeras localidades do planeta.

O fenômeno de crescimento populacional urbano, intensificado a partir do final do século XVIII e início do século XIX, acelerado por padrões de consumo cada vez mais elevados,

emergem como fatores principais que resultaram em aumento da demanda pelo uso de recursos da natureza ao longo do tempo, principalmente de recursos hídricos. Além disto, a expansão crescente da atividade agropecuária e dos setores industriais exige esforços prementes para regulação da utilização da água.

Galizoni (2005) afirma que,

[...] já início do século XXI, a água fora reconhecida como um fator essencial e, ao mesmo tempo, limitante para o desenvolvimento de um território. Esse bem transformou-se ao longo dos anos em um recurso farto para um estado crítico, sendo assim disputado por seus múltiplos usos (GALIZONI, 2005, p. 11).

Além de seu valor econômico e de seu caráter indutor de processos de desenvolvimento, Diegues (2007) considera a água como um dos elementos centrais na concepção de culturas, da reprodução material e simbólica dos povos e comunidades tradicionais e da ocupação e formação territorial, estando presente em inúmeros mitos de criação das sociedades – muitas vezes concebida como dádiva dos deuses aos antepassados.

[...] os rios, riachos, lagos, córregos, poços (e para as populações litorâneas, a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida. Eles garantem a água para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas e pomares, para transporte e navegação e para algumas dessas populações são também fonte de energia. Para muitas delas, são também locais, habitados por seres naturais e sobrenaturais benéficos que, quando desrespeitados, podem trazer destruição e desgraça. Essas populações atribuem valores às águas que são distintos daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais. (DIEGUES, 2007, p.3).

Ainda segundo Diegues (2007), as representações culturais das águas se modificam de acordo com as culturas, com as religiões e com os ambientes em que as populações humanas se estabelecem, além de sua maior ou menor disponibilidade e sazonalidade resultar em diferentes estratégias de uso e manejo desse recurso. Nesse sentido, mesmo a água doce sendo uma necessidade básica de todos os grupos humanos, a forma com que essa necessidade é gerenciada depende de cada cultura. O atendimento de cada necessidade (beber, irrigar, lavar, dentre outras) é realizado por meio de instituições próprias criadas para cada finalidade (DIEGUES, 2007).

No rural brasileiro, em especial no rural do Semiárido<sup>1</sup>, a água está intimamente ligada à problemática da escassez, que faz parte da pauta de discussões desde o Império. As soluções institucionais, que, *a priori*, desejavam combater o fenômeno, passaram a propor, com o passar dos anos, soluções e tecnologias que estimulassem o convívio com a escassez.

No semiárido mineiro, especificadamente no território dos “gerais” sanfranciscanos, situado na porção esquerda do Alto-Médio rio São Francisco, o processo histórico de convivência com a escassez foi se modificando ao longo dos anos, em especial com o agravamento dos períodos secos. O processo de manutenção e de convivência com o semiárido não seria possível sem as articulações e processos de governança e gestão realizados pelas próprias comunidades locais – aquelas vinculadas ao território que vivem. Estas, ao perceberem, paulatinamente, o esgotamento deste recurso, desenvolveram estratégias para garantir a sustentação da disponibilidade de água, mesmo que para isso precisassem alterar seus modos tradicionais de viver e lidar com os recursos de seus territórios.

O que se percebe *in loco*<sup>2</sup>, em especial no que se refere aos afluentes do “Velho Chico”

1 Região brasileira definida na Lei federal nº 7 827, de 27 de setembro de 1989, com limites reestabelecidos segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 107/2017 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2017).

2 As constatações foram feitas durante pesquisas de campo realizadas no período de dezembro de 2018 a março de 2019, na região dos gerais do rio São Francisco, por meio de iniciativa do Núcleo de Pesquisa e Apoio

nos gerais, é que estes estão secando. Nesse contexto, um exemplo de curso d'água que ainda se mantém vivo, mas com perenidade ameaçada, é o rio Pandeiros. Este pode ser considerado como o último afluente vivo do São Francisco ao sul do Semiárido oficial, e, dada sua importância para a manutenção das diversas formas de vida que o cercam, justifica-se como objeto relevante para investigações científicas.

Mediante apontamentos supracitados, o presente estudo teve como objetivo central compreender, em uma perspectiva histórica, a existência de fontes de água orientou a ocupação de terras e os sistemas locais de produção nos gerais sanfranciscanos, e entender como foram e são (re) criados os laços entre as populações rurais e este rio vivo, tomando como objeto as formas singulares de trocas entre ser humano e natureza nesse território.

## 2 Área de estudo

A área de estudo deste artigo é o conjunto de “povoados” rurais de Cabeceirinha, situado no município de Januária, localizado na região Norte do estado de Minas Gerais, no Semiárido mineiro.

O município de Januária, no estado de Minas Gerais, faz fronteira com os municípios de Formosa, Chapada Gaúcha, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Bonito de Minas, Cônego Marinho e com o estado da Bahia. Januária tem área de 6.661,588 km<sup>2</sup> e contava, em 2010, com uma população de 65.463 habitantes. Se localiza a uma altitude de 474 m, apresentando uma temperatura média anual de 27°C, umidade relativa média de 60% e precipitação média anual de 850 mm. Destaca-se, ainda, que o município se encontra em uma área de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Integrando a área rural do município de Januária, Cabeceirinha é formada por seis “povoados” rurais: Tatu, Cabeceirinha, Resfriado, Goiabeira, Raposa e Ribeirão Curralinho, tendo seu processo de ocupação iniciado por famílias que procuravam terras para se estabelecer e fixar moradia. As famílias assentavam-se nas áreas que lhes eram mais propícias à produção de alimentos e à criação de animais e que houvesse maior disponibilidade de água.

Nesse cenário, com a presença de cursos d'água e áreas úmidas, o que favoreceu o seu processo de ocupação, Cabeceirinha se insere no território dos gerais sanfranciscanos, localizado na porção esquerda do Alto-Médio São Francisco.

### Galizoni (2005) relata que os gerais sanfranciscanos

[...] são terras arenosas com vegetação baixa e retorcida localizadas em chapadões (planaltos). São terrenos considerados fracos para o plantio de lavoura e identificados principalmente por vegetação baixa que, nas palavras dos agricultores: “Mal cobre uma pessoa”. (A região) é composta por arbustos como cajú, murici, cajuzinho e grão de galo, entrecortados por árvores como o pequi, cabeça de negro (araticum), pau d'olinho, folha larga, sucupira, mangaba e jatobá (GALIZONI, 2005, p 139).

Ribeiro (2010a), por sua vez, define os gerais da margem esquerda do Alto- Médio São Francisco como

[...] chapadas extensas e pouco elevadas, cobertas por vegetação arbustiva e rasteira, assentados na maioria dos lugares sobre solos muito pobres e secos, formados por areia quartzosa (RIBEIRO, 2010a, p 23).

---

à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ), ao qual a autora encontra-se associada como pesquisadora. As pesquisas foram realizadas com o financiamento do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – Projeto FAPEMIG APQ-04517-16: “Água e agroextrativismo na bacia do rio Pandeiros”; e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com a Cáritas Diocesana de Januária.

A escolha de Cabeceirinha ocorreu devido à realidade regional de escasseamento dos rios do Semiárido, à presença nesse cenário de um rio vivo e às dinâmicas existentes entre a população local e os recursos da natureza, com a possibilidade de compreender as relações entre a população local e o rio Pandeiros. A pesquisa foi desenvolvida, como aborda Galizoni (2005), em segmentos da população rural que permitissem uma análise dos modos de vida mediante ponto de vista da organização social e produtiva da família, e que combinasse também a perspectiva da identidade tradicional de grupos sociais rurais, apresentando assim uma forte relação produtiva e cultural com o ambiente.

Deste modo, o que se observa na região estudada é uma “paisagem em movimento”, viva, dinâmica, onde os ritmos de vida são condicionados ao ritmo da água e da natureza, no decorrer do ano. Como indica Galizoni (2005, p.125), “[...] na estação seca, que é a mais extensa, os rios, córregos e riachos se recolhem, a vegetação fica pardacenta e com poucas folhas. Caindo as primeiras chuvas, a vegetação responde rapidamente: se veste toda, os rios e riachos crescem e a paisagem se transforma.”

### 3 Metodologia de pesquisa

Para o entendimento do contexto temático e territorial supracitado, optou-se nesta pesquisa pela adoção do método etnográfico, que envolve a análise descritiva de grupos e culturas humanas mediante utilização de uma abordagem êmica e de “vivências e experiências”, conforme sinaliza Carneiro *et al.* (2013).

A abordagem de pesquisa utilizada, de cunho qualitativo, possibilita um aprofundamento da compreensão do grupo social investigado por meio de um princípio holístico – baseado no entendimento integral dos fenômenos. A natureza da pesquisa é exploratória, com o objetivo de proporcionar maior familiaridade da pesquisa com a temática estudada, com vistas a torná-la mais explícita.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa social qualitativa, atreladas ao método etnográfico: revisão bibliográfica, entrevista não estruturada e observação participante. Os procedimentos de pesquisa empregados envolveram o uso de gravadores, de câmera fotográfica e de caderno de campo, como fontes de registros ao longo das entrevistas abertas e do processo de observação participante. Foram realizadas três incursões em campo, entre os meses de julho, agosto e setembro de 2019.

Durante as entrevistas abertas, priorizou-se contato com aqueles moradores mais antigos ou que residissem há mais tempo nas em Cabeceirina. Contudo, também foram realizadas entrevistas abertas com as novas gerações das famílias. Ao longo das imersões, bem como durante a apuração dos dados, novos elementos e direcionamentos foram surgindo e sendo implementados na pesquisa. Desse modo, os principais eixos que nortearam as entrevistas abertas foram: a paisagem, o histórico do lugar; a organização social e parentesco; o acesso e manejo da terra; a influência da água para disposição dos elementos na paisagem; as formas de lazer; a cultura e a ancestralidade.

Ao longo das incursões, adotou-se, também, a técnica de observação participante. Com base nesse procedimento, a pesquisadora residiu na casa de uma família local e pôde acompanhar diariamente a dinâmica e a rotina do núcleo familiar e as relações de parentesco e as trocas familiares. Buscou-se, pela convivência rotineira, compreender as relações cotidianas entre as pessoas e das pessoas com a água e os demais elementos do cotidiano.

May (2001) corrobora a importância dessa interseção metodológica entre a etnografia e a observação participante ao inferir que

[...] conforme o pesquisador é exposto a cada cena social nova, isso atua como um

controle de conclusões teóricas precipitadas. Quanto mais variadas as cenas de interação que são vistas e as circunstâncias experienciadas, mais se pode entender as ações nos contextos sociais (MAY, 2001, p. 177).

O método e técnicas utilizados complementaram-se ao proporcionar o entendimento da influência entre a localização dos elementos na paisagem, as dinâmicas locais de uso e cultivo dos e nos espaços e como as fontes de água e áreas úmidas interferem nos modos de vida cotidianamente.

## 4 Resultados e discussão

Os resultados descritos a seguir ilustram as relações existentes entre a disponibilidade de água e como ela influencia no território dos gerais sanfranciscanos, nas formas de compreender e ocupar, e nos sistemas locais de produção. É pela água que se estabelecem os manejos locais e a disposição de elementos na paisagem. Assim, as casas são construídas em locais de fácil acesso as fontes de água, e os mantimentos são cultivados em áreas úmidas de brejos e vazantes.

### 4.1 “Tempo da seca” e “tempo das águas”

De acordo com os relatos dos moradores entrevistados, no tempo “de primeiro”<sup>3</sup>, havia em Cabeceirinha, uma abundância de “grotas” (denominação local para os pequenos cursos de água), rios e lagoas, que foram minguando ao longo dos anos até resultar no secamento de muitas dessas fontes, que “retomam a vida” apenas nos períodos de chuva. O que se descreve é uma diversidade de fontes de água até os anos 1980 e, posteriormente, uma diminuição do período e quantidade de chuvas, principalmente após 2015.

Apesar da redução do volume das “grotas” e lagoas, Cabeceirinha não apresenta falta de água. Essa oferta é suprida pelos rios Pandeiros e Ribeirão e pelas “grotas” que se mantêm vivas e até então, nunca secaram, como as “grotas” da Raposa, do Tubi e do São João. De acordo com os relatos, “de primeiro”, o cenário era diferente: havia muitas “grotas”, como a “grota” do Tatu, que cortava o “povoado” de mesmo nome, alimentando também um brejo. Havia, também, lagoas com muitos peixes; e o Pandeiros era outro, era um rio cheio. Segundo relata Senhor Joaquim Pereira Rocha, *“a água pra nós aqui, o Pandeiro nunca faltou graças a Deus, né. Que nós tem esse rio aqui que abastece a comunidade toda, e tem umas grotinha que desce, um riachinho que desce no São João, pra cá pra riba já tem Raposa.”*

As dinâmicas locais da paisagem e das águas alteram-se entre o “tempo da seca” e “tempo das águas”. No “tempo da seca”, que vai de abril a setembro, o Pandeiros apresenta um volume reduzido de água e um aspecto cristalino, devido a menor quantidade de areia, terra e sedimentos carreados da cabeceira, dos seus afluentes e das margens, e ao assentamento no fundo do rio desses elementos. Os moradores relatam que, no “tempo das águas”, o Pandeiros adquire uma coloração avermelhada e uma quantidade expressiva de terra e areia em seu caudal, ocorrendo uma relação inversa entre quantidade e qualidade da água.

As “grotas” também se modificam em ambos os “tempos”. A “grota” da Raposa, por exemplo, no “tempo da seca”, apresenta expressiva quantidade de bancos de areia expostos e que permanecem úmidos. As “grotas” que se mantem perenes no “tempo da seca”, como a da Raposa e do São João, apresentam, assim como ocorre no Pandeiros, um volume de água reduzido.

Ao caminhar pela “grota” da Raposa, alguns moradores relatam as diferenças,

3 O termo “de primeiro” é utilizado pelos moradores mais antigos ao narrarem acontecimentos e histórias que remetem ao tempo dos mais velhos (pais e avós).

descrevendo que, no “tempo das águas”, há caminhos que ficam totalmente cobertos pela água, tornando-se inacessíveis. De acordo com Dona Ana Lucia, nos meses de outubro, novembro e dezembro a “grota” da Raposa “*enche e ninguém passa*”.

As disponibilidades de água e de chuva no “tempo das águas” e no “tempo da seca” influenciam visualmente o contexto da paisagem. Com a ausência de chuvas, por exemplo, ela é tomada por árvores secas, conferindo um tom amarronzado à paisagem, bem como ocorre uma redução da quantidade de água disponível nos rios e grotas, mesmo que, nesse período, os cursos d’água apresentem melhor aspecto e menor quantidade de areia.

No “tempo das águas”, por sua vez, os cultivos se fortalecem, sendo nutridos pela água que necessitam para se desenvolver, as árvores ganham folhas e frutos e os rios e grotas apresentam um maior volume e disponibilidade de água.

#### 4.2 Água e os manejos locais

Em Cabeceirinha, há classificações locais que orientam o uso dos espaços naturais e essas variam em virtude do tipo de solo e dos cursos d’água existentes, por exemplo. Dessa forma, uma “grota” pode possuir áreas úmidas em seu entorno, mas não necessariamente férteis devido ao tipo de solo e, assim, existem áreas de vazantes das grotas que não são utilizadas para o plantio. Em Algumas áreas úmidas e de vazante da “grota” da Raposa, por exemplo, não há a possibilidade de cultivos, uma vez que o solo é arenoso.

Há, também, uma distinção entre brejos e veredas. O brejo é um local de área úmida, alagada, “pantanada”, uma “área fresca”, de terra escura e “forte”, e boa para o cultivo de mantimentos, e apresenta um “galho” - curso d’água ainda menor que uma “grota”-. Nas “veredas”, também há “galhos” de água, mas com menor quantidade de água que nos brejos, e os solos são mais claros e menos férteis. Além disso, nem todas as veredas são produtivas. As veredas são ainda caracterizadas pela presença de “paus” específicos, como a pindaíba, o buriti e o xiriri (presente também nos brejos). Segundo os moradores entrevistados, não há veredas em Cabeceirinha e o único brejo identificado, localizado no “povoado” de Tatu, encontrava-se seco durante as incursões em campo.

A escolha dos locais para cultivo bem como para a construção das casas<sup>4</sup> também está associada à presença de água e de áreas úmidas. Segundo relatos dos moradores, a definição do local onde se constrói a casa está associada, dentre outros fatores, a sua distância do rio, uma vez que todas as atividades diárias, principalmente das mulheres e da casa, estão associadas à presença de água.

Os manejos da terra realizados pelos moradores de Cabeceirinha eram, no tempo “de primeiro”, direcionados de acordo com as distintas variações topográficas dos “gerais”, diferenciando-se pela disponibilidade de água, vegetação e qualidade da terra, conjugados à oferta de chuvas e disposição dos rios, “grotas”, brejos e áreas úmidas.<sup>5</sup>

A roça era cultivada a 25 ou 30 metros do leito do rio Pandeiros, onde a terra é mais “forte”. Já as hortas eram cultivadas nos brejos e áreas úmidas das baixadas, localizadas nas beiras dos rios e “grotas”. As roças eram plantadas no tempo das águas, de outubro a março. Dos meses de junho a setembro, preparava-se a terra para o plantio: em junho e julho derrubava-se o “mato” e em agosto e setembro colocava-se o fogo. Já de outubro a novembro, plantavam-se

4 Ribeiro e Galizoni (2007) afirmam que por décadas, as áreas de gerais foram usadas principalmente para criação. “Os sítios – terrenos férteis e embolados de lavradores fracos, situados nas partes baixas do relevo – extremavam com campos usados em comum para uma pecuária de soltas” (RIBEIRO E GALIZONI, 2007, p. 117).

5 A agricultura, nos gerais, tem peculiaridades, existindo lugares próprios para cada atividade, como por exemplo o roçado, feito em lugares indicados pela cor do solo, pelo porte da vegetação da mata e por plantas específicas que indicam a fertilidade do solo. O cruzamento desses aspectos determina as culturas a serem plantadas. Considerando isto, o sistema de produção local utiliza de maneira central duas técnicas de manejo: o plantio em brejos de nascentes e o fogo nos gerais (GALIZONI, 2005; RIBEIRO, 2010b).

as culturas. Quanto à colheita, esta era realizada entre os meses de janeiro a abril: em janeiro, colhia-se o feijão; e nos meses de março e abril, colhia-se o milho. Nos meses de abril, maio e junho, a terra estava novamente seca, reiniciando-se o ciclo que durava em torno de dois a três anos em um mesmo local. Plantava-se nas roças: arroz, milho, mandioca, feijão de arranca, abóbora.

Com relação aos tipos de cultura e sua localização, o arroz era plantado na parte mais próxima ao rio, nas baixadas, pois necessita de grande quantidade de água no seu cultivo; já os outros mantimentos, como feijão de arranca, mandioca, milho e abóbora, eram plantados nas partes mais altas, nas roças não irrigadas. Três meses após o plantio, colhe-se o feijão; o milho é colhido após quatro meses; já a mandioca leva dois anos e meio para ficar boa. As roças permaneciam de dois a três anos em uma mesma área. Em seguida, elas eram transferidas para outro local dentro do terreno, realizando-se, assim, uma rotação entre as áreas de cultura. Ressalta-se, ainda, que essas terras de cultura eram cercadas, para que os animais, como porcos, não prejudicassem o cultivo.

As hortas, no tempo “de primeiro”, eram cultivadas nas beiras dos rios, nas áreas úmidas das baixadas e nos brejos. As hortas, diferentemente das roças, eram cultivadas no tempo das secas, por se tratar de um cultivo irrigado. Como já estavam localizadas em áreas úmidas e próximas às fontes de água, a rega ocorria no período da manhã e no final da tarde, com baldes ou vasilhas manuais. Roçava-se a terra para o plantio no mês de abril e plantava-se em maio. De maio a julho, cuidava-se do cultivar; e a colheita era realizada durante os meses de agosto e setembro. De outubro a abril, após a colheita, a terra permanecia parada, durante o tempo das águas. Plantava-se nas hortas cultivos como os de cebola, hortelã, tomate e coentro.

Nos brejos, fazia-se o cultivo de hortas e roças – roças não irrigadas, mas que utilizavam da umidade do brejo. As hortas eram plantadas nos brejos e na beira do rio e as roças no brejo e na terra seca.

O plantio em brejos era realizado pela técnica de esgotamento da água. Por ser uma área alagada, o sistema de esgoto – canalização da água na forma de regos – permite o cultivo, uma vez que reduz a área alagada sem deixar que o brejo perca sua umidade e a água esgotada possa ser utilizada para a rega das hortas. O plantio nos brejos ocorria do “tempo da seca”, nos meses de maio e junho, e colhia-se em setembro. Plantava-se, nas hortas dos brejos, cultivos como os de alho, cebola, hortelã, tomate, coentro, beterraba e plantas utilizadas como remédios; já nas roças, plantava-se feijão catador, milho, abóbora, banana, batata. No “tempo das águas”, cultivava-se arroz nos brejos.

O sistema de plantio nos brejos era regulado de acordo com a quantidade de água disponível. Desse modo, segundo relato do Senhor José Carneiro “[...] se esgotar demais, o brejo enxuga. Se secar demais, tem que entulhar o esgoto. Se a água do brejo for pouca, não esgotava”.

A presença da água também influencia a escolha dos locais onde serão cultivadas hortas e roças. No tempo “de primeiro”, as hortas eram plantadas nas vazantes dos rios e nas “grotas” pela facilidade de acesso a água de rega. Já as roças secas e não cultivadas nos brejos, apesar de não dependerem de água de rega, mas sim do período de chuva, eram plantadas em locais também próximos aos rios e grotas e locais de terra úmida. Essa situação é fruto do carreamento de materiais levados ao rio pela água da chuva (enxurrada), que deposita material e fertiliza a terra. Segundo relatado pelo Sr. Joaquim Pereira Rocha: “[...] para a roça, escolhia o lugar onde a terra era melhor. Na beira do Pandeiros, a terra é boa”. De acordo com dona Isolina Barbosa Carneiro, “[...] quanto mais perto do rio, mais forte é a terra, terra fresca”. “[...] brejo é fresco, molhado o ano todo”. “[...] agora acabou o fresco da beira do rio”. Nesse contexto, de acordo com os moradores locais, áreas boas para os cultivos são aquelas de terra fresca, como as baixadas e os brejos, locais de terra úmida.

Deve-se ressaltar que com o escasseamento das fontes d’água em Cabeceirinha nos

últimos anos, os locais das roças e horta foram alterados. Os novos locais dessas práticas envolvem a escolha de ÁREAS de “*terra forte*”, com preferência mais frescas, restringidas agora ao interior dos terrenos. Em Cabeceirinha, o que se observa são cultivos de roça realizados nos quintais, localizados na parte da frente e aos lados do terreno onde está localizada a residência familiar, ou, ainda, próximos à casa, mas não “nos fundos”, como as hortas.

É importante salientar, nesse contexto, que há uma diferença na denominação dos espaços ao redor da casa. Na parte da frente da casa, local de área limpa e sem plantações, onde são colocadas plantas ornamentais, utiliza-se vasos e realiza-se a varrição, é chamado de “terreiro”. É uma área mais restrita à presença de animais, onde são observadas apenas galinhas, cachorros ou gatos – é o espaço da casa. Após a delimitação do terreiro, em uma área onde se faz o cultivo de hortas, por exemplo, e onde não se varre ou limpa a terra com frequência, localiza-se o quintal, que está associado as laterais e aos fundos da casa.

Na realidade investigada, percebeu-se, de modo geral, que a presença da água e as formas de disponibilidade e acesso às fontes delimitam diferentes usos e manejos dos espaços, ditando onde serão os locais de labuta na terra. A oferta de chuvas é outro aspecto delimitador para o plantio dos mantimentos, uma vez que esse é realizado de acordo com o tempo das chuvas, não havendo a atividade de rega.

### Conclusão

A compreensão das especificidades que permeiam as relações entre populações e ambientes emergem como elemento de fundamental importância para o registro descritivo da cultura material e imaterial de diferentes populações humanas – uma das finalidades dos estudos etnográficos.

Investigar o território e suas territorialidades é essencial para entender a origem de relações e normas específicas relacionadas ao meio, tanto no âmbito simbólico/imaterial, quanto na perspectiva material. É por meio do território que as populações constroem suas histórias e se identificam como coletividade. Nesse contexto, mediante dados colhidos em campo, percebeu-se em Cabeceirinha a existência de uma dinâmica local de gestão e de utilização dos espaços está associada à disponibilidade de água.

O que se observa é que, tanto no dia a dia local como nas falas dos moradores, as águas são o ponto central nas narrativas, nas práticas diárias e na ocupação e uso dos espaços. As águas estão diretamente associadas à percepção de tempo e espaço, aos fenômenos que ocorrem na paisagem, às caracterizações e usos dos espaços, à fertilidade da terra, aos modos de vida e a todas as práticas cotidianas realizadas. O rio Pandeiros, nesse cenário, é considerado pelos moradores locais como ponto de referência e o limite entre “povoados”. É o local, também, utilizado nas atividades de lazer, nas atividades domésticas, nas práticas das roças e hortas e na manutenção da vida, uma vez que possibilita uma oferta constante da água para consumo. As águas são marcantes na paisagem do dia a dia, na fala e nas histórias contadas e como centro das dinâmicas da vida local, configurando-as como recurso e dádiva primordial para a edificação da cultura no conjunto de “povoados” de Cabeceirinha, localizado nos gerais sanfranciscanos.

### Referencias bibliográficas

BRASIL. 1989. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. Diário Oficial da União (D.O.U.). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2019.

CARNEIRO, M. G. R., et al. **Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE)**. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 2, p. 135-47, 2013.

DIEGUES, A.C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. I Encontro Internacional: Governança da Água. São Paulo, NUPAUB/USP, 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. 2017. **Resolução nº 107/2017, de 27 de julho de 2017**. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf>> Acesso em: 13 junho. 2019.

GALIZONI, F.M.G. **Águas da vida**. Tese (doutorado), IFCH/Unicamp, 2005.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. **Domesticando o mito da natureza selvagem**.

Etnoconservação. Novos Rumos para Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010. **Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo**. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_resultados\\_universo.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RIBEIRO, E. M.; et al. **Conservar ou produzir: dilemas do uso das águas nos gerais sanfranciscanos**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.7, n.3, 2010a.

RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010b.

RIBEIRO, E. M. E GALIZONI, F. M. **Quatro histórias de terras perdidas – modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.9, n.2, 2007.

### ENTREVISTADOS CITADOS

CARNEIRO, Isolina Barbosa. Entrevista V. [agosto. 2019]. Entrevistadora: Keyty de Andrade Silva. Januária, 2019. Caderno de Campo.

CARNEIRO, José. Entrevista III. [julho. 2019]. Entrevistadora: Keyty de Andrade Silva. Januária, 2019. Caderno de Campo.

ROCHA, Joaquim Pereira. Entrevista I. [julho. 2019]. Entrevistadora: Keyty de Andrade Silva. Januária, 2019. Áudio e transcrição. 1 arquivo .mp3 (60 min e 29 segs.).

ROCHA, Joaquim Pereira. Entrevista IV. [agosto. 2019]. Entrevistadora: Keyty de Andrade Silva. Januária, 2019. Áudio e transcrição. 1 arquivo. Caderno de Campo.

LUCIA, Ana. Entrevista II. [julho. 2019]. Entrevistadora: Keyty de Andrade Silva. Januária, 2019. Caderno de Campo.